

# Primeiro o fator estrutural, depois o fator inercial.

A insegurança dos agentes econômicos diante da iminência de um processo hiperinflacionário só foi atenuada nos últimos dias pela intensa movimentação da área técnica do governo, que está propondo ao presidente da República um conjunto de medidas para zerar o déficit público em 1989, e pelo avanço, ainda que aos trancos e barrancos, das negociações do pacto social. Mas a indefinição do presidente quanto às sugestões dos ministros Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu e o noticiário que vem juntando no mesmo saco o pacote fiscal e o pacto social já estão gerando alguma (e perigosa) confusão. Muita gente já está começando a acreditar que pacto e pacote são uma coisa só e que a contenção da escalada inflacionária vai depender — em primeiro lugar — de um amplo entendimento entre governo, empresários e trabalhadores.

E não é bem assim. É evidente que um pacto social é absolutamente indispensável para ajudar o país a livrar-se de vez da inflação; ele, porém, não é o ponto principal de uma política antiinflacionária para o Brasil de hoje. O papel primordial nesse jogo continua cabendo exclusivamente ao governo, com o pacote fiscal ou qualquer outro nome que se dê às medidas que os ministros da Fazenda e do Planejamento estão — como sempre estiveram, aliás — em condições de colocar em prática tão logo tenham sinal verde do Planalto. Em outras palavras, ao governo cabe atacar a causa estrutural da inflação brasileira que é a desorganização total das contas do Estado brasileiro, que vai dar no déficit público. Portanto, sem acabar com o déficit público, como aliás tem repetido o ministro Maílson da Nóbrega desde que assumiu a Fazenda, não há como vencer aquilo que o presidente Sarney chamou, em suas entrevistas européias, de "dragão". Esse **dragão** está pedindo um São Jorge para matá-lo com a lança da coragem política. Essa é a premissa para qualquer outro tipo de discussão em torno de soluções para os problemas da economia brasileira, inclusive o pacto social.

O que é preciso fazer para acabar com o déficit público não é mistério para ninguém e certamente já constava do elenco de medidas que os dois ministros levaram ao presidente quando elaboravam a famosa **Operação Desmonte**, ou seja, o projeto de orçamento da União. Todas as medidas que, segundo os jornais, constariam do novo pacote fiscal — otentização da cobrança de impostos, corte drástico de incentivos fiscais e subsídios no valor de 0,8% do PIB e mais o que possa vir por aí — não constam do projeto orçamentário que já está no Congresso porque Sarney, naquela ocasião, não teve a coragem política de aprová-las. Por isso é que se o chamado choque fiscal for por ele aprovado, agora, o projeto orçamentário que está no Congresso será retirado e, depois de alterado para incluir essas medidas, reapresentado.

De realmente novo, agora, surge um plano de aceleração do programa de privatização de empresas estatais, que,

segundo um jornal do Rio que o divulgou na última segunda-feira, poderia render ao governo quatro bilhões de dólares

já em 1989. Sem contar o dinheiro que deixaria de sair do Tesouro Nacional para cobrir os rombos que essas empresas apresentam a cada ano.

A privatização das estatais poderia ser feita por meio de operações de conversão da dívida externa em investimentos, mas os recursos obtidos pelo governo seriam retidos pelo Banco Central a fim de evitar o seu impacto inflacionário,

como acontece atualmente nas operações de conversão da dívida realizada por grupos empresariais privados. Técnicos

do governo estão convencidos de que a venda de estatais e de outros bens da União é absolutamente indispensável para

zerar o déficit no próximo ano.

A utilização de recursos da conversão da dívida se justifica duplamente. Primeiro, porque não existem recursos su-

ficientes no setor privado nacional para sustentar um pro-

grama de privatização dessa envergadura; segundo, pelo fato

de que essa solução representa uma interessante forma de

aumentar a integração do Brasil aos fluxos internacionais de

capital e investimento.

Pelo que se vê, não depende de ninguém mais, a não ser

dele mesmo, governo, adotar as medidas capazes de jugular a

inflação estrutural que acabará corroendo todo o organismo

econômico nacional. O presidente Sarney não precisa pedir

licença a ninguém para seguir o receituário de seus ministros econômicos.

O que o presidente tem a fazer, portanto — e é isto o

que os ministros econômicos querem que ele faça —, é reti-

rar do Congresso Nacional o projeto do Orçamento e acres-

centar nele a austeridade que faltou. Desde que a **Operação**

**Desmonte** começou a ser discutida até hoje, a inflação subiu

cerca de dez pontos percentuais — estava um pouco abaixo

dos 20% e está chegando nos 30% — e este sinal deveria

servir para convencer o sr. Sarney de que não é possível fazer

um omelete sem quebrar ovos. Não existe meia austeridade e

não se pode abrir nenhuma exceção neste momento dramá-

tico da economia brasileira, por mais teoricamente justificá-

vel que seja. O presidente Sarney tem que entender esse fato

e entregar ao Congresso Nacional a responsabilidade de vo-

tar um orçamento de acordo com a realidade do Estado bra-

siléiro, que se encontra totalmente falido e já esgotou a ca-

pacidade que a sociedade tinha de sustentá-lo.

Só depois disso, da limpeza das contas públicas, é que

entra o pacto social. Está claro que, por causa da completa

indexação da economia brasileira, mesmo com a aplicação

de uma política realmente austera por parte do governo, a

inflação demoraria muito a cair. Seria, então, o momento de

aplicar medidas para quebrar este componente inercial da

inflação, atacando do lado da política de rendas, que envolve

preços e salários. São medidas conhecidas no receituário

econômico e podem ir desde a aplicação de um redutor para

corrigir preços e salários até um congelamento temporário.

É uma questão de dosagem, e dos acertos que forem feitos

pelos negoacidores do pacto — governo, empresários e tra-

balhadores. Mas nada irá funcionar se antes, como dissemos

acima, o déficit público não for contido. Como ensinou o

ex-ministro Mário Henrique Simonsen durante o Plano Cru-

zado, não basta anestesiar o paciente (congelamento), é pre-

ciso operá-lo (corte no déficit).

Seria uma agradável surpresa se o presidente Sarney

(que decide sobre o orçamento) e o Congresso Nacional

(que deve aprová-lo com modificações ou não) aceitassem

essas idéias. Nós entendemos o amor que a maior parte dos

nossos políticos devota ao gigantismo do aparelho estatal,

sem o qual não seria possível manter o clientelismo e a cor-

rupção que sustentam suas carreiras. Contudo, pelo menos

uma vez, quando a hiperinflação já está às nossas portas, eles poderiam colocar os interesses da nação acima dos seus interesses particulares e dar seu apoio incondicional a um oportuníssimo e vital emagrecimento do Estado (privatização das estatais). Um apelo mais veemente ainda fazemos às bancadas do Norte e do Nordeste no Congresso a respeito do corte nos incentivos fiscais neste momento crucial para a vida econômica do país.

É essa compreensão e esse espírito de sacrifício que os setores mais conscientes da nação esperam da classe política. Ou ela salva o barco agora, ou todos, sem exceção, afundaremos juntos. Batendo continência, como disse o empresário Antônio Ermírio de Moraes.